

Diário do Legislativo de 16/09/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 16/9/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 16, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 17 a 21, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação das Emendas nºs 22 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta; 23 com a Subemenda nº 1, que apresenta; 24 na forma apresentada em Plenário; e 25 a 27, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A

Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 16/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.684/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.333/2008, do Deputado Padre João; 2.445/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.499/2008, do Deputado Padre João; 2.534/2008, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.669/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.678/2008, do Deputado Inácio Franco; 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.752/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 960/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.916/2007, do Deputado Inácio Franco; 2.369/2008, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.521/2008, do Deputado Paulo Guedes; 2.635/2008, do Deputado Chico Uejo; 2.683/2008, do Deputado Ruy Muniz; 2.702/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.703/2008, do Deputado Zé Maia; 2.707/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.708/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.709/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.710/2008, do Deputado Durval Ângelo; 2.711/2008, do Deputado Fábio Avelar; 2.713/2008, do Deputado Roberto Carvalho; 2.716/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.717/2008, do Deputado Jayro Lessa; 2.718/2008, do Deputado Zezé Perrella; 2.720/2008, do Deputado Padre João; 2.724/2008, do Governador do Estado; 2.726/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 2.728/2008, do Deputado Deiró Marra; 2.729/2008, do Governador do Estado; 2.731/2008, do Deputado Tiago Ulisses; 2.732/2008, do Deputado Wander Borges; 2.733 e 2.734/2008, do Deputado Mauri Torres; 2.735/2008, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 16/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.867 e 2.868/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 16/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 276/2007, do Deputado João Leite; 2.647 e 2.649/2008, da Deputada Elisa Costa.

Requerimentos nºs 2.817/2008, do Deputado Vanderlei Miranda; 2.832/2008, da Deputada Rosângela Reis; 2.854, 2.855, 2.856, 2.857, 2.858 e 2.859/2008, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 16/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagem nº 212/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 16/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.875/2008, do Deputado Wander Borges, e 2.887/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 17/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.177/2008, do Governador do Estado.

Finalidade: debater, em audiência pública, o direito à moradia, em especial a conquista desse direito por 800 famílias da Fazenda Várzea do Moinho, no Município de Sabará, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 16/9/2008, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço; 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências; e 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação; e dos Projetos de Lei nºs 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências; 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica; 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos; 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica; 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito; 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica; 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóveis que especifica; 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica; 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica; 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica; 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia; 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica; 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica; 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba; e 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Bráulio Braz, Eros Biondini e Zezé Perrella, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/9/2008, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater questões relativas à prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal de pessoas, regulamentada pelos Decretos nºs 44.035, de 2005, e 44.604, de 2007, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/9/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir, em audiência pública, o Sr. José Cleves Silva, jornalista, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.481/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.481/2008, de autoria do Deputado Dimas Fabiano, que declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais do Ribeirão Santo Antônio, com sede no Município de Campos Gerais, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.481/2008

Declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais do Ribeirão Santo Antônio, com sede no Município de Campos Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais do Ribeirão Santo Antônio, com sede no Município de Campos Gerais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Ivair Nogueira, relator - Fábio Avelar - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.494/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.494/2008, de autoria da Deputada Elisa Costa, que declara de utilidade pública a Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares - ADQF -, com sede no Município de Governador Valadares, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.494/2008

Declara de utilidade pública a Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares - ADQF -, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares - ADQF -, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Fábio Avelar, relator - Gláucia Brandão - Ivair Nogueira.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.529/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.529/2008, de autoria do Deputado Eros Biondini, que declara de utilidade pública a Associação dos Apicultores de João Pinheiro - Apijop -, com sede no Município de João Pinheiro, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.529/2008

Declara de utilidade pública a Associação dos Apicultores de João Pinheiro - Apijop -, com sede no Município de João Pinheiro.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Apicultores de João Pinheiro - Apijop -, com sede no Município de João Pinheiro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ivair Nogueira - Fábio Avelar.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.580/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.580/2008, de autoria do Deputado Leonardo Moreira, que declara de utilidade pública o Hospital Dr. Armando Xavier Vieira, com sede no Município de Guarani, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.580/2008

Declara de utilidade pública o Hospital Dr. Armando Xavier Vieira, com sede no Município de Guarani.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Hospital Dr. Armando Xavier Vieira, com sede no Município de Guarani.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ivair Nogueira - Fábio Avelar.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

O Deputado Bráulio Braz - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, membros da imprensa presentes, telespectadores da TV Assembléia, ouvintes da Rádio Assembléia, funcionários da Casa, visitantes das galerias, boa-tarde a todos.

Ocupo a tribuna desta Casa para parabenizar o povo muriaeense pelo seu dia, comemorado em 6 de setembro. Muriaé é a minha terra natal. Cidade de filhos que se inspiram nas belezas de suas montanhas, na riqueza do teu solo e na alegria da tua gente. Nada mais gratificante do que saudar os muriaeenses, pois são pessoas que contribuem para fazer uma cidade cada vez melhor, que lutam unidos para a concretização de ideais comuns. Para mim, o dia do muriaeense é também o dia de gente que supera as dificuldades e é o principal motivo de nossos trabalhos e ações aqui, nesta Casa.

Muriaé significa, na língua indígena, "ter sabor de cana doce". É um Município abençoado, de um povo que acredita em um futuro melhor e vence os obstáculos da vida. Situada na Zona da Mata mineira, tem uma população estimada em 100 mil habitantes. Muriaé possui sete distritos. São eles: Belisário, Boa Família, Bom Jesus da Cachoeira, Itamuri, Pirapanema, Vermelho e Macuco. Em uma das mais antigas menções ao Vale do Muriaé, datada de 1785, Couto Reis descreveu a região, realçando-lhe as condições "horrorosas e pestíferas de suas entranhas", cuja colonização só foi possível graças à coragem dos primeiros desbravadores que, "fazendo fogos, descortinando matas e purificando ares, tornaram os sertões menos rigorosos". Em 1817, Constantino José Pinto, com outros 40 homens, comercializando ervas e produtos medicinais, desceu pelo Rio Pomba e atingiu o Rio Muriaé, onde aportou construindo seu abarracamento junto a uma cachoeira, local que hoje é conhecido como Largo do Rosário. Ali foi fundado o aldeamento dos índios, com demarcação das terras destinadas ao plantio. Em 1819, o francês Guido Tomás Marlière chega à cidade e ergue a Capela do Rosário. Feito isso, começaram a aportar extratores de madeiras de lei e principalmente de plantas medicinais em busca de raízes. Era, então, o início da atividade econômica do futuro Município. O povoado cresceu rapidamente, a princípio, com uma só rua ao longo do rio, dando origem ao Porto, à Barra e à Armação, em razão do rio que a margeava, local onde hoje existem os bairros com os mesmos nomes dados na época. Em 7/4/1841, foi criado o Distrito com o nome de São Paulo do Muriaé, pertencente a São João Batista do Presídio, atual Município de Visconde do Rio Branco, e subordinado eclesialmente a Santa Rita do Glória, atual Município de Miradouro. Em 16/5/1855, com o nome de São Paulo do Muriaé, o Distrito foi elevado à categoria de vila, desmembrando-se de São João Batista do Presídio. A Vila de São Paulo do Muriaé passaria a ser cidade 10 anos depois, em 25/11/1865. A denominação Muriaé veio em 7/9/1923. A monocultura cafeeira foi a primeira atividade responsável pelo desenvolvimento econômico do Município. O progresso da nova localidade foi constante, principalmente a partir de 1886, data da inauguração da Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, que ligaria Muriaé à Capital da República, que na época era o Rio de Janeiro. Outro momento de grande progresso do Município ocorreu principalmente após a abertura da estrada Rio-Bahia, inaugurada por Getúlio Vargas em visita à cidade em 1939. O grande fluxo de veículos trazido pela nova rodovia inseriu Muriaé entre as cidades de maior desenvolvimento da região. A monocultura cafeeira passou então a ceder espaço para outras atividades econômicas. Na década de 60, o setor automotivo começou a atingir grande expressão, graças ao asfaltamento da rodovia Rio-Bahia. Desde então o Município passou a ser referência no ramo. Hoje Muriaé ocupa posição privilegiada na Zona da Mata e possui um grande potencial econômico. Berço de um povo íntegro, trabalhador, que nunca esmorece diante das dificuldades. Com garra e determinação, esses cidadãos levam esse Município ao crescimento no comércio, na indústria, na agricultura, no artesanato, no setor têxtil, entre diversos outros segmentos.

Eu não poderia deixar de mencionar que a cidade também sempre foi destaque em relação à política. Muriaé é terra de importantes cidadãos que já atuaram - e muitos ainda atuam - de maneira participativa no cenário político municipal, estadual e nacional. O nosso Vice-Presidente da República, por exemplo, o ilustre José Alencar Gomes da Silva, é um muriaeense. Político e empresário de sucesso, foi Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg - e Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria. José Alencar também já representou o Estado de Minas Gerais, como Senador. Outro muriaeense de destaque, que atingiu amplitude significativa em sua carreira, foi o saudoso Pio Canêdo. Exercia a profissão de advogado e, como político, foi Vereador e Prefeito de Muriaé. Ocupou cargos importantes na administração estadual, inclusive no período do governo de Juscelino Kubitschek. Pio Canêdo transpôs o seu amor pela política para o seu sobrinho Christiano Canêdo. O meu companheiro de partido formou-se em Medicina, foi Secretário Municipal de Saúde e Prefeito de Muriaé e Secretário Adjunto de Estado de Saúde. Christiano Canêdo foi Deputado Estadual na 14ª Legislatura e hoje atua como Diretor da Fhemig.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Obrigado, Deputado Bráulio Braz. Estou aqui atentamente ouvindo V. Exa. falar da sua terra natal. Como é bom falar da terra natal! V. Exa. conta a história do desenvolvimento, falando dos verdadeiros historiadores e baluartes do desenvolvimento da sua querida Muriaé, terra onde V. Exa. nasceu, que lhe deu seus filhos, sua família, e essa projeção extraordinária. V. Exa. é um dos mais respeitados empresários do Brasil. Quero associar-me a V. Exa, meu querido Deputado Bráulio Braz. Tenho com sua pessoa uma convivência muito fraterna e amiga. Hoje V. Exa. ocupa a tribuna para falar desta terra que hoje engrandece o Estado de Minas Gerais. Se engrandece pelos seus historiadores, pelos construtores da sua história, não podemos deixar seu discurso em silêncio. Temos de dizer que V. Exa. e seu querido progenitor, o Prefeito José Braz, fazem parte maior da história de sua querida Muriaé. Quero associar-me a V. Exa. Como é bom e como faz bem para o sentimento e para a alma daquele que vem aqui falar da sua terra, das suas raízes, da sua família. E hoje, ao ocupar esta tribuna, quero ainda me associar a V. Exa. como grande irmão para parabenizar Muriaé nessa arrancada do desenvolvimento. Muriaé tem um Deputado que dignifica o seu povo, ao lado de V. Exa., o ex-Deputado Christiano Canêdo, de tantas tradições, e ainda o exemplo maior, o grande Prefeito, o grande empresário José Braz.

Parabéns a V. Exa., parabéns Muriaé, nesse momento tão festivo em que comemora mais um aniversário de sua emancipação. Tenho certeza, Deputado Bráulio Braz, de que V. Exa., como toda a sua família, também faz parte da história maior da sua querida terra natal. Parabéns!

O Deputado Bráulio Braz - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelo aparte e pelas generosas palavras dirigidas à minha cidade, à minha família e a meus concidadãos muriaeenses. Muriaé é berço de Delfim Ribeiro. Advogado e político, foi suplente de Deputado Estadual na 8ª Legislatura - 1975-1979 -, com exercício desde o início do período. Elegeu-se parlamentar efetivo da 9ª à 10ª Legislatura - 1979-1987. Em 1986, foi eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura - 1987-1991. Trabalhou como Secretário de Cultura no governo Hélio Garcia. Mais um muriaeense que merece ser lembrado é o estimado Telêmaco Pompei. Ingressou na política como Vereador da Câmara de Muriaé em 1946. De 1950 a 1954, foi Vice-Prefeito Municipal e, em 1971, tornou-se novamente Vereador e Presidente da Câmara. Deputado Estadual eleito na 8ª Legislatura - 1975-1979 -, integrou a Comissão de Agropecuária e Política Rural. Foi eleito também Deputado Federal para a 9ª Legislatura, período em que fez parte da Comissão de Segurança Nacional. Esse é o meu amigo, já finado, Telêmaco Pompei.

Assim, como esses grandes homens públicos que acabei de citar, que vêm deixando contribuições relevantes para a nossa gente, procuro, em minha atuação política, exercer um mandato voltado para benefícios desse povo merecedor. É por isso que hoje, além de parabenizar os cidadãos da minha estimada cidade, o meu desejo é também agradecer a votação expressiva que obtive em Muriaé. Isso demonstra que a população confiou e confia em meu trabalho. Esse fato me faz levantar de manhã ainda com mais ímpeto e vontade de trabalhar pelos anseios dessa cidade. Ao comemorar essa importante data, quero louvar e enaltecer o povo muriaeense, cuja esperança se encontra na certeza de um Município destinado a progredir sempre para o conforto e o bem-estar de seus moradores, para o desenvolvimento e para a grandeza do Estado de Minas Gerais. Parabéns, muriaeenses! A todos que construíram e continuam a construir, a cada dia, a história, a identidade do nosso Município, transformando Muriaé numa cidade única, inesquecível e encantadora.

Encerro aqui o meu discurso afirmando que tenho muito orgulho de fazer parte dessa distinta população, que sempre nos prestigiou. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, colega e amigo Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados presentes no Plenário, imprensa, povo de Minas Gerais, gostaria de abordar dois assuntos nesta tarde. O primeiro deles refere-se ao manifesto que tivemos o prazer de receber hoje, no nosso gabinete - acredito que tenha chegado a todos os gabinetes dos parlamentares de Minas -, do Sind-Saúde, principalmente das pessoas ligadas a nossa Unimontes, que está com um movimento legítimo de recomposição salarial dos funcionários e dos professores. Parece que os diálogos estavam ocorrendo e, de uma hora para outra, houve uma cessação dessa conversa, que deveria persistir, acontecer entre os corpos docente e discente da Unimontes com o governo do Estado. O manifesto solicita o apoio desta Casa - já tem o meu, total e irrestrito - para, junto à Secretaria de Planejamento e ao Governador de todos os mineiros, Aécio Neves, promover a reabertura desse diálogo e para que possam avançar as negociações entre os funcionários da Unimontes e o governo do Estado. Fica aqui o nosso apelo. Enviaremos um ofício, assinado pela maioria dos Deputados presentes nesta Casa, principalmente da bancada do Norte de Minas, ao Governador Aécio Neves, solicitando a reabertura desse diálogo.

Entendo que a Unimontes, por si só, já provou a sua importância no cenário mineiro. Tenho dito que a história do Norte de Minas - de uma maneira muito especial a de Montes Claros - pode ser dividida em duas etapas: antes da criação da Unimontes pelo governo do Estado e depois.

Milhares de alunos foram formados por essa Universidade. A melhora do nível intelectual de seus alunos foi sempre significativa, o que tornou possível oferecer profissionais, como médicos, para todo o Norte de Minas e para o Brasil. A Unimontes é responsável pela formação de advogados, odontólogos, economistas, administradores de empresa, médicos, etc. Vários profissionais habilitados e capacitados por essa Universidade hoje ocupam cargos importantes. Aqui mesmo, nesta Casa, podemos encontrar vários companheiros egressos da Unimontes, a começar pelo nosso Presidente, Deputado Doutor Viana, formado em Medicina. O Deputado Ruy Muniz, eu - que me formei em Medicina em 1979 - e outros companheiros somos todos egressos da Unimontes.

Essa faculdade já está consolidada, já está implantada, e achamos natural esses movimentos. Claro que as pessoas devem procurar melhorar suas vidas e seus salários. Foi apresentada uma proposta ao governo do Estado, por parte da Unimontes, a qual, com certeza, será analisada pelo governo. Acredito que, em breve, será encontrada uma solução para o impasse criado na Unimontes. Deixo aqui meu apelo e a solicitação desta Casa para que o governo reabra o diálogo com a Universidade, de modo a ser possível dar um fim a esse movimento. Afinal a greve não é interessante nem para a região, nem para a Unimontes, nem para os alunos.

Daqui a pouco, concederei aparte ao Deputado Ruy Muniz. Antes, todavia, gostaria de tratar de um assunto que, com certeza, também será do interesse de V. Exa. Caso fale agora, terei de conceder novo aparte a V. Exa. posteriormente. Refiro-me às ações do governo do Estado que ocorreram ontem, no Palácio da Liberdade, quando o Governador anunciou um pacote de obras no valor de R\$280.000.000,00. Esses recursos, que não estavam previstos no Orçamento, são fruto da eficiência administrativa do Governador Aécio Neves, graças a um excesso de arrecadação.

Esse excesso de arrecadação está permitindo algumas obras no Estado. Três membros da Comissão de Saúde estão aqui presentes: este parlamentar e os Deputados Ruy Muniz e Doutor Rinaldo. Conseguimos sensibilizar o governo a fazer um aporte de R\$250.000.000,00 ao orçamento da saúde - que já está sendo executado - ainda neste ano. Na área da educação, foram feitas reformas em escolas e construídas 100 quadras poliesportivas cobertas, conforme anunciado ontem. Essas obras são todas muito importantes.

De maneira especial, nossa região viveu ontem momentos de euforia quando o Governador Aécio Neves anunciou a continuidade da estrada da produção, não só ligando Montes Claros ao Distrito de São Pedro da Garça mas também estendendo-a até a cidade de São João da Ponte. Essa estrada, muito importante para a nossa região, atravessará o coração, o miolo da produtividade norte-mineira: a Bacia do Rio Verde Grande. Os 51km dessa estrada serão fundamentais para o desenvolvimento dessa região. Posteriormente conversaremos com o Governador para que se estenda o braço direito até Capitão Enéias, fechando toda a região.

Foi anunciada também a Transfranciscana, Deputado Ruy Muniz, estrada tão sonhada por tantas pessoas e por tantos idealistas da região, que irá de Ponto Chique - trecho que já faz parte do Processo - até São Francisco, e que continuará até São Romão. Toda a margem direita do São Francisco terá a tão sonhada e tão importante estrada Transfranciscana, que cortará uma região extremamente produtiva e rica.

Foi anunciada também a estrada de Riacho dos Machados a Porteirinha. Vinte e nove quilômetros ligarão a BR-251 - que abrange Francisco Sá e Grão-Mogol - à Rio-Bahia, na região de Janaúba e Porteirinha.

Há ainda uma outra estrada que considero fundamental: a estrada do alto do Rio Pardo, que liga Rio Pardo de Minas à região de Mato Verde, de Santo Antônio do Retiro e de Montezuma.

Essa estrada possui um aspecto muito importante. Dentro de dois anos, para essa região, o governo anunciou que irá destinar recursos que podem chegar a R\$2.500.000.000,00, a fim de se fazer a prospecção, ou seja, iniciar a exploração de todo o minério de ferro de Porteirinha, Rio Pardo de Minas e Salinas. É uma região tão rica quanto o Quadrilátero Ferrífero, na região central. Essa estrada vai dar o "start", ou seja, a partir dela poderemos dispor de investimentos da iniciativa privada numa das regiões mais ricas de Minas Gerais, mas que precisava das ações do governo do Estado.

Com muito prazer, concedo aparte ao colega Deputado Ruy Muniz, que tem feito um trabalho muito grande, coordenando a bancada do Norte. A partir dos pensamentos, das ações e do trabalho parlamentar do colega Ruy Muniz, temos obtido êxito junto ao Governador Aécio Neves, no que tange à concretização das obras que estão sendo realizadas no Norte de Minas.

O Deputado Ruy Muniz (em aparte)* - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Parabeno-o por tratar de temas tão relevantes no Plenário desta Casa. É bom que o Governador Aécio Neves, por meio do Vice-Governador Anastasia, estabeleça um diálogo, o mais rápido possível, com os professores e funcionários da Unimontes, a fim de evitar essa greve. Como sabemos, a Unimontes é uma jóia de Minas Gerais, uma das melhores universidades do País. O curso de Medicina da Unimontes foi considerado, conforme resultados do Enade, o de melhor qualidade do Estado, repetindo a colocação obtida anteriormente, ou seja, obteve o 1º lugar geral em Minas Gerais. O 2º lugar ficou com o curso de Medicina da Funorte, uma das escolas que integra a rede Soebras. Esse diálogo é, pois, necessário. Vamos entrar em contato com os Deputados da bancada do Norte, que deverão tranquilizar o Reitor e todos os servidores da Unimontes. Então faremos isso para que o governo estabeleça esse diálogo e interrompa imediatamente o movimento, atendendo às reivindicações e implantando logo o plano de carreira, tão sonhado pelos servidores da referida instituição. V. Exa. tem razão, Deputado Carlos Pimenta, o Governador Aécio Neves é um dos melhores administradores que Minas Gerais já teve. Na verdade, ele é um exemplo para o Brasil. O Governador estabelece metas, trabalha com orçamentos e resultados, premia quem faz, quem mostra desempenho. Portanto é um Governador eficiente, está conseguindo êxito em sua gestão. Por isso está oferecendo recursos extra-orçamentários da ordem de R\$280.000.000,00, o que prova a eficiência de sua máquina administrativa. O Governador Aécio Neves está de parabéns. Sentimos orgulho de fazer parte de sua bancada nesta Casa, especialmente agora com esses investimentos no Norte de Minas. Nas próximas eleições, essa região tem de perceber isso e escolher pessoas preparadas, capazes de acompanhar essa locomotiva, que é o Governador Aécio Neves. Precisamos de gestores municipais tão bons quanto ele, para aproveitarmos o bom momento que Minas Gerais está vivendo. Parabéns, Governador! Parabéns Deputado Carlos Pimenta! Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço-lhe a participação, Deputado Ruy Muniz. Tenho certeza de que obterá o seu apoio, a fim de irmos à

Secretaria de Planejamento, ao Governador Aécio Neves, solicitar a abertura do diálogo com os funcionários da Unimontes.

Sr. Presidente, para terminar, depois de abordar dois temas importantes, sinto-me triste por ter de relatar um fato que presenciei, no final da semana passada, na cidade de Manga. É a última fronteira do rio São Francisco, ou seja, é a última cidade de Minas Gerais que fica na bacia do referido rio. Fui convidado, compareci e constatei que o Governador e o Secretário Marcus Pestana lançaram o Programa de Transporte Sanitário. De acordo com esse programa, são distribuídos microônibus novos, zero quilômetro, para uma microrregião, de modo que cada Município possua o seu microônibus para transportar pacientes que farão consultas especializadas. Os oito microônibus da microrregião estão presos dentro de um almoxarifado da Prefeitura de Manga. Eles serviram para um desfile político que foi realizado com esses instrumentos tão importantes para o Município. Desfilaram na rua, como se esses ônibus tivessem sido adquiridos pela Prefeitura para mostrar trabalho político. No passado essa cidade foi referência, com uma cobertura de 100% do Programa de Saúde da Família - PSF. Tinha um hospital construído com recursos do Estado, com equipamentos e que hoje está causando dano à saúde pública do Município de Manga. Fizemos a denúncia ao Secretário de Saúde e ao Ministério Público para mostrar a irresponsabilidade desses administradores, que querem e pensam apenas na politicagem barata, e não pensam em desenvolver um trabalho regional. Infelizmente, esses ônibus pertencem aos Municípios vizinhos de Itacarambi, São João das Missões, Bonito de Minas e Cônego Marinho, mas estão-se deteriorando no almoxarifado de Manga, esperando a boa-vontade para a implantação desse serviço. A denúncia foi feita. Nossa missão aqui é aplaudir quando há acertos. E aplaudimos quando ocorrem os acertos, mas temos de denunciar atos dessa natureza, de total irresponsabilidade e desrespeito para com os governos do Estado, do Município, para com o povo mineiro e para com os habitantes de Manga. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde a todos e a todas. Antes, gostaria de falar da minha alegria e da minha felicidade porque o Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia - UFU - se reuniu, há cerca de 10 dias, e aprovou a criação de 17 novos cursos para essa Universidade. Há uma projeção - e é uma grande alegria dos estudantes - de 1.350 vagas por ano, até 2010. A UFU tem hoje em torno de 14 mil estudantes e, daqui a alguns anos, ficará com cerca de 20 mil.

Ficamos muito felizes porque isso é fruto de uma antiga luta nossa. Tivemos muito empenho na criação do curso de Jornalismo na UFU. Foi uma grande vitória, uma grande conquista. Não se compreendia por que não tínhamos esse curso. Tínhamos a rádio universitária, a TV universitária, uma gráfica, toda uma estrutura, em uma cidade com mais de 600 mil habitantes, mas até hoje não tínhamos o curso de Jornalismo.

Há mais de 10 anos nos empenhávamos pela criação desse curso na UFU. Nossa luta vem desde a época do movimento estudantil, como Vereador e como Deputado. Até que enfim conseguimos a implementação do curso de Jornalismo na escola. A persistência realmente vale a pena. Temos de acreditar e nos empenhar, mesmo. Foram centenas e centenas de reuniões, de abaixo-assinados e de mobilizações, para o conselho universitário sensibilizar-se e aprovar a criação do citado curso. O aumento do número de vagas também foi muito expressivo, com 1.350 vagas a mais por ano. É um número significativo, principalmente pelo aumento de vagas nos cursos noturnos. Antes do governo Lula, nos últimos 20 anos, o número de vagas que foram criadas no País foi insignificante. Na prática, também não se construíram universidades. No governo Lula há uma grande expansão universitária não só da rede federal, das universidades federais, como também dos Cefets, as escolas técnicas, onde os jovens têm oportunidade de fazer um curso técnico para a entrada no mercado de trabalho.

Outro ponto muito positivo também foi a abertura de vagas, inclusive de bolsas integrais, para alunos estudarem nas universidades particulares. Somente em Uberlândia, o ProUni oferece 1.678 vagas. Pessoas que jamais tinham perspectiva de fazer um curso superior hoje podem fazer Direito, Administração, e inserir-se na sociedade. Vemos o valor que o governo Lula está dando à educação, e com muita razão. Costumo parafrasear Paulo Freire, que dizia: "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda". É muito importante, pois, que haja investimento nessa área. Preocupamo-nos com a qualidade do ensino nas escolas estaduais e municipais - em Uberlândia, essa qualidade está abaixo da média nacional e dos índices apresentados pelas escolas estaduais. Isso é muito ruim, os dados são oficiais. Precisamos melhorar a qualidade da educação.

Outra grande preocupação nossa é com o período de paralisação. Esperamos que o Governador se sensibilize e valorize o servidor, que os professores voltem para as salas de aula e ninguém fique prejudicado: professores, pais e alunos. De fato, o salário do servidor é muito baixo. Mas o Orçamento do Estado cresceu muito, mais que dobrou de 2000 para cá: antes, era de R\$17.000.000.000,00 e, hoje, está próximo a R\$40.000.000.000,00. Infelizmente o salário dos servidores não seguiu essa mesma proporção e nem sequer acompanhou os índices da inflação. A situação do conjunto dos servidores do nosso Estado é muito séria e difícil. Esperamos que o governo se sente à mesa com os servidores e negocie, para que a greve chegue ao final e os alunos não fiquem prejudicados. A valorização dos servidores é fundamental.

Gostaria de dizer ainda que estou apresentando requerimento para que o serviço de atendimento médico de urgência seja instalado no Triângulo Mineiro, de forma específica em Uberlândia. O Samu já existe em Uberaba. Se observarmos o volume de pessoas que têm necessidade de atendimento diariamente, veremos que essa é uma questão de necessidade, de urgência. Enviaremos requerimento ao Ministério da Saúde, ao governo federal, para fazer parcerias e instalar esse serviço na cidade. Esperamos ter respaldo. O Deputado Federal Elismar Prado está fazendo esse mesmo empenho em Brasília, e já marcou reuniões para garantir a instalação do Samu em Uberlândia.

É com imensa alegria que falamos do sentimento das pessoas em relação à redução da tarifa de energia elétrica da Cemig, quando percorremos cidades como Belo Horizonte, Contagem, Betim, e principalmente Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Realmente essa foi uma grande vitória, uma grande conquista. A redução foi de 17%. Isso jamais tinha acontecido na história do nosso Estado - foi a primeira vez em 56 anos. Realizamos a maior audiência pública da história de todas as concessionárias e colhemos mais de 500 mil assinaturas em todas as regiões do Estado. Muitos voluntários, além de entidades, movimentos sociais e igrejas participaram da campanha. Enfim, houve grande clamor da população. Foi encaminhado um grande número de propostas para a Aneel por via de fax ou cartas - mais de 600. Isso também jamais havia acontecido. Ficamos muito felizes por tudo isso e agradecemos o carinho, o respeito e o reconhecimento das pessoas em relação à campanha, que coordenamos com muito orgulho. Enfrentamos muitos obstáculos, mas não deixamos de fazer mobilização, não baixamos a cabeça em momento algum. Sofremos todo tipo de perseguição. Sabíamos que a nossa luta era pesada porque estávamos enfrentando uma empresa que mexe com o interesse das pessoas, em milhões e bilhões. Seus acionistas ganham dividendos milionários. Tivemos a coragem de levar essa campanha para todo o Estado de Minas Gerais, uma campanha realmente vitoriosa, o que prova que existe, sim, a possibilidade de conseguirmos as coisas neste país, dependendo da nossa união, mobilização e organização.

Todos os Deputados se lembram muito bem de que conseguimos a redução da taxa de incêndio, isto é, conseguimos impedir a cobrança da taxa de incêndio para as residências. Muitos Deputados, inclusive do meu próprio Partido, falavam que isso era impossível. Foi mais de um ano persistindo nessa luta. Chegávamos cedo aqui e saíamos de madrugada. Foram muitos debates e audiências públicas ocorridos nas comissões, além das ações impetradas na Justiça. Não paramos por aí, fomos para a rua colher abaixo-assinados e conversar com as pessoas e com as associações comerciais; muitas delas ingressaram com ação na Justiça. Também levamos o problema para a Fiemg, mobilizamos o setor empresarial e conseguimos uma grande vitória, que foi acabar com a taxa de incêndio para as residências. A taxa de incêndio do comércio e da indústria continua "sub judice", visto que existe uma ação no Supremo Tribunal Federal, uma Adin, proposta para questionar a inconstitucionalidade em relação a essa cobrança. Naquele momento, o setor empresarial entrou na campanha. Setor esse que já estava tão sofrido. Todos sabem que, para gerar emprego e renda, é preciso fomentar o setor produtivo, e, muitas vezes, empresas são obrigadas a sair de Minas Gerais e ir para outros Estados, por receberem benefícios.

É por isso que digo que temos de acabar com essa guerra fiscal por meio da aprovação, no Congresso Nacional, da reforma tributária. É

urgente a aprovação da reforma tributária para fazer justiça, fomentar a indústria e gerar mais empregos e renda. A carga tributária no nosso país é muito pesada, sobretudo a do Estado de Minas Gerais, que é mais pesada ainda. Um claro exemplo disso está na energia elétrica, cuja cobrança de ICMS chega a 40%. O ICMS cobrado na conta de energia, em Minas Gerais, é o mais caro do Brasil. Da mesma forma é o ICMS cobrado sobre o álcool, que é de 25% em Minas Gerais, enquanto, em São Paulo, é de 12%, e, em Goiás, de 15%. As nossas empresas não agüentam, por isso são obrigadas a sair de Minas Gerais para outros Estados. É preciso acabar com essa guerra fiscal para incentivar as empresas a gerarem emprego e renda. Para isso é muito importante a reforma tributária, para desonerar o setor produtivo. Prova disso é o crescente Orçamento do Estado, de forma significativa, de 2003 para cá, chegando a mais de R\$40.000.000.000,00. O Orçamento do nosso Estado mais que dobrou. Só de ICMS, a arrecadação do Estado deve ficar em torno de R\$20.000.000.000,00.

O Presidente da Comissão de Assuntos Municipais fez um questionamento com base no fato de o ICMS ser arrecadado no Município. O cidadão mora, vive e paga seus impostos no Município. Sempre digo que "uma cidade parece pequena se comparada com um país, mas é na minha e na sua cidade que se começa a ser feliz". Aliás, esse é um trecho da canção do Mário Lago. É muito injusta a distribuição do bolo tributário, já que uma grande fatia fica com o governo federal e outra grande fatia com o governo do Estado. Em relação ao ICMS, isso é mais gritante ainda, porque, dos 100% do ICMS, 75% ficam para o Estado e 25% vão ser distribuídos entre os 853 Municípios, o que é muito injusto. Existe um bolo grandão que fica só para o Estado. Apenas uma fatia bem pequenininha será distribuída entre os 853 Municípios. É muito injusta essa lógica, porque esse imposto é arrecadado nos 853 Municípios e concentrado nas mãos do governo do Estado, em 75%. Apenas uma pequena fatia é distribuída entre os 853 Municípios, que, muitas vezes, são obrigados a assumir atribuições de outras esferas do poder, tanto do Estado quanto da União. Prova disso está na segurança pública. Sem as intervenções dos Municípios, praticamente as forças de segurança parariam nesses Municípios. As viaturas ficariam sem gasolina e sem condições de serem reformadas. Não haveria estrutura para a polícia funcionar, porque, muitas vezes, falta até papel higiênico. São os Municípios que têm arcado com tudo isso.

E, pela determinação constitucional, a responsabilidade está na esfera estadual. É lógico que o Município tem sua parcela, pois segurança pública é responsabilidade de todos e dever do Estado. Isso ocorre em outras áreas também, em que o Município tem de ceder funcionários para a Justiça Eleitoral, para as escolas, para os postos de saúde. Portanto, a situação dos Municípios é muito difícil. Melhorou muito com o governo Lula, mas temos de avançar e rever o pacto federativo. Defendemos mais autonomia e fiscalização dos Municípios para que as contas sejam acompanhadas pela sociedade e a corrupção diminua, acabando com esse mal que assola nosso país. É muito importante dar autonomia e garantir a fiscalização dos recursos públicos.

Para concluir, gostaria de tratar de outro assunto, sobre o qual apresentei requerimento, que diz respeito à reativação da confecção das Carteiras de Identidade no Triângulo Mineiro e em Uberlândia. Infelizmente, o serviço foi desativado pelo governo do Estado e está causando um transtorno enorme. Antes, a carteira de motorista era entregue em cinco dias e agora demora até 70 dias. Não há justificativa para isso, precisamos avançar, e não andar para trás. Essa foi uma medida impopular, a população está revoltada. Até os deficientes físicos, que deveriam ter sua carteira confeccionada no Triângulo Mineiro, são obrigados a vir a Belo Horizonte com acompanhante, às vezes sem recursos financeiros e tendo que pagar estada em hotel. A burocracia cria dificuldades, e precisamos descentralizar para facilitar a vida das pessoas. Mais uma vez, faço esse apelo ao governo: que faça retornar a confecção das carteiras de motorista na cidade de Uberlândia para a população, principalmente para os deficientes físicos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, público que nos acompanha nas galerias, telespectadores da TV Assembléia. Faço uma saudação especial a todos os moradores de Ouro Branco, Ouro Preto e Mariana, que sempre acompanham a TV Assembléia, que dependem da MG-443, que liga a BR-040 a Ouro Branco. Quem vem do Rio de Janeiro e de Juiz de Fora, indo para Ouro Preto e Mariana, em vez de vir quase a Belo Horizonte, têm como grande atalho a Estrada Real. Passa-se pela MG-443, chega-se a Ouro Branco, pegando-se a Estrada Real, não é necessário ir a Conselheiro Lafaiete nem ao alto de Itabirito, perto de Belo Horizonte.

Fizemos audiência nesta Casa para discutir a expansão da Gerdau Açominas em 2005. Lembro-me que a Presidência da Comissão alternou entre os Deputados Edson Rezende e Sebastião Helvécio, que ponderou a respeito da questão social e ambiental, sugerindo que prestações de contas e dos impactos deveriam feitas novamente a esta Casa. Isso porque, no momento em que realizamos a audiência pública, eram licenças para expansão, e estávamos vinculando também a uma série de fatores, como a contratação prioritária de trabalhadores e trabalhadoras daqueles Municípios; a exigência que as empreiteiras, as terceiras, tivessem um plano de saúde específico para os trabalhadores, uma vez que seus atendimentos não estavam previstos no SUS, o que poderia trazer transtornos. Dois outros pontos importantes eram o comprometimento com a formação, com a integração dos Sines Congonhas, Lafaiete, Ouro Branco, Jeceaba, São Brás, de maneira que também teríamos, em todos os Municípios, o controle das demandas dos profissionais e de quem estava sendo contratado - isso aconteceu -; e a previsão das cargas pesadas, dos equipamentos que iriam trafegar nesse trecho da 040 a Ouro Branco, ou seja, na MG-443. E, em 2005, saiu daqui o compromisso da Gerdau de arcar com a metade das obras; ou seja, apesar de ser uma rodovia estadual, a Gerdau arcaria com a metade das obras. Assim, desde 2005, foi feito o projeto de duplicação.

O grande problema é que, pelo fato de estarmos com um mandato de Deputado e de o atual Prefeito de Ouro Branco ser do PT, esse projeto vem sendo amarrado tanto no DER, mesmo com a assinatura do convênio para a execução das obras, quanto na Secretaria de Governo, com o Sr. Danilo de Castro - só pode ser, pois é ele que vem coordenando isso. Está amarrando, ou seja, dificultando e emperrando um serviço que é importante, e não só para Ouro Branco, por questões politiquieiras, porque o outro candidato a Prefeito em Ouro Branco trabalhou no governo do Estado e foi assessor do Deputado, e, no entender deles, essa obra fortaleceria o atual Prefeito. Isso é um equívoco, um absurdo, até porque quem fica prejudicada é a população. Qualquer liderança política verdadeira, autêntica e que tenha compromisso com o povo não pode atrasar qualquer obra; ao contrário, tem de unir esforços para facilitar e adiantar qualquer obra que seja importante para a comunidade, em vez de emperrá-la, como vem acontecendo, sobretudo no caso específico da MG-443, em prol da qual nos empenhamos desde aquela audiência pública, fazendo uma via-sacra, indo ao DER e à própria Gerdau - mandavam-nos à Gerdau, e lá nos diziam que o projeto estava no DER, mas o fato é que o projeto estava parado, engavetado no DER. Até que enfim, com as audiências que fizemos, tanto no DER quanto na Gerdau, ele foi liberado para o Secretário. Aí se assinou o convênio, mas a obra não sai, e não sai por razões politiquieiras, como está muito claro, porque qualquer ação política é, por natureza, a serviço da vida e em benefício do povo e da coletividade. Ações como essa, feitas para atrapalhar e dificultar, não são políticas, mas politiquieiras.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Deputado Padre João, com o máximo respeito e a admiração que tenho por V. Exa., preciso divergir de suas palavras. Quando foi feito o acordo com a Gerdau, o objetivo foi justamente auxiliar o povo. Acho que V. Exa. está sendo um pouco duro, sobretudo com a figura do Secretário Danilo de Castro, que tem prestado grandiosos serviços ao Estado de Minas Gerais.

Quando qualquer um de nós, parlamentares, tivermos de ocupar esta tribuna e nos referirmos ao nome do Secretário Danilo de Castro, não poderia ser com outras palavras que não as de agradecimento. Penso que sua concepção de que a construção daquela duplicação irá favorecer o candidato A ou B é um equívoco, porque está muito claro que é o governo de Minas que está fazendo a parceria com a Gerdau. Se tivesse algum tipo de motivação eleitoral, obviamente quem ganharia com isso seria o candidato patrocinado pelo governo de Minas, que não é o atual Prefeito de Ouro Branco.

De modo que, muito respeitosamente, quero divergir de V. Exa. Se isso até hoje não aconteceu, penso que é por motivos da Gerdau, uma empresa privada na qual o Estado não tem como influir ou exigir nada. O que poderia ser feito foi realizado: um convênio com o DER, em que ela se prontificou a colaborar, mas até agora não saiu a colaboração. Compete a todos nós pressioná-la para que saia essa colaboração, mas nunca criticar a postura do governo, que foi inédita, e muito menos a figura do nosso Secretário de Governo. Agradeço.

O Deputado Padre João* - Foi lenta, morosa, nobre colega Deputado. Sou testemunha de que o projeto ficou parado e engavetado no DER. Não estou aqui como procurador da Gerdau, mas para fazer justiça, para dizer a verdade das coisas. E a verdade é essa, desde 2005. Não cabia à Gerdau aprovar o projeto. Ela o fez.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Ela fez o acordo e tinha de fazer o projeto.

O Deputado Padre João* - Não; tinha de ser o próprio Estado.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Na parceria era para ela fazer o projeto.

O Deputado Padre João* - A parceria com a Gerdau é para ela arcar com os recursos, com o dinheiro, com a metade das obras.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Não se faz um edifício sem projeto.

O Deputado Padre João* - É de competência única e exclusiva do DER aprovar o projeto.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Não há dúvida.

O Deputado Padre João* - Foi a aprovação do projeto que ficou amarrada no DER. Tenho aqui a relação e a cópia de todos os ofícios, porque fazia questão, em cada visita, de protocolar o nosso apelo, o nosso pedido. Tenho aqui de 2005 - uma série -, 2006, 2007, 2008. Só em 2008, são três.

De fato, está claro, é um equívoco, um absurdo. Está muito claro para mim que a coordenação política do governo é do Sr. Secretário Danilo de Castro.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Isso não se discute, é a coordenação política de uma obra.

O Deputado Padre João* - Lamentavelmente, Deputado, nem as outras Secretarias de Estado têm autonomia para liberar recursos, nem das nossas emendas parlamentares. Só liberam recursos quando o Sr. Danilo de Castro dá o aval.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Quanto às emendas parlamentares, trata-se de um acordo político, mas as Secretarias têm os seus recursos orçamentários. Não é o Danilo de Castro que libera recursos orçamentários.

Só acho que, ao Secretário Danilo de Castro, temos de agradecer os relevantes serviços prestados ao Estado de Minas Gerais.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte)* - Participei pessoalmente de reuniões acerca desse convênio entre a Gerdau, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e o DER, e gostaria de ressaltar alguns pontos em que, numa parte, V. Exa. tem razão, mas que talvez, em outra parte, o Deputado Lafayette de Andrada também tenha razão. Na minha concepção, não é culpa da Gerdau nem do DER.

Quanto à questão do projeto que está parado, participei pessoalmente de sua concepção, com os Srs. Marco Antônio Pepino, Hélio Campos, ex-Prefeito de Ouro Branco, e o Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia. Acredito que o senhor também participou de outras reuniões com o mesmo intuito, mas gostaria de ressaltar que não faltou empenho nem da Gerdau nem do governo, por intermédio do Vice-Governador Anastasia, e muito menos do Secretário Danilo de Castro. Pessoalmente, participei de reuniões no 9º andar do BDMG - gabinete do Vice-Governador -, e gostaria de ressaltar que o Secretário Danilo de Castro também participou de outras audiências das quais participei e em nenhum momento ele se colocou contra o projeto. Aliás, marcou outras audiências no DER com o Sr. José Elcio Monteze. Estive pessoalmente no DER e acredito que, por algum motivo relacionado ao projeto, essa obra ainda não se iniciou. Todavia, não faltou empenho por parte do governo, nem do Vice-Governador Anastasia e muito menos da Gerdau, que sempre compareceu quando solicitada e enviou representantes para as nossas reuniões, nas quais estive presente tanto no BDMG quanto no DER e na Secretaria de Governo. Mais uma vez, gostaria de agradecer ao Deputado Padre João a gentileza de conceder-me o aparte.

O Deputado Padre João* - Deputado Tiago Ulisses, eu é que agradeço. Fico sem saber qual o termo a ser utilizado para uma ação do Estado que está prevista desde 2005. Todavia, só agora o convênio foi assinado. Mesmo assim, sem o recurso do Estado para este ano - aliás, o compromisso do Estado é entrar com o recurso só para o ano que vem. Imaginem as obras que são prioridades. Imaginem agora uma obra como essa, em que não faltou empenho e ficou como prioritária, mas está desde 2005. Demoraram três anos para assinar o convênio, elaborar e aprovar o projeto. Portanto não sei quanto tempo demorarão as obras sobre as quais o governo tiver empenho. Serão dez, oito anos? Imaginem uma pessoa como essa Presidente da República: o que será do nosso Brasil?

Trago aqui esse meu protesto e minha indignação, reconhecendo que por parte da Gerdau houve disponibilidade do recurso. Todavia, não lhe competia executar as obras sem ter a aprovação do projeto, pois isso é competência exclusiva do DER. E ainda neste ano apresentei a prioridade para o Dr. José Elcio. Por quê? Porque é justamente no Km 5 da MG-443 que se encontra a Universidade Federal de São João del-Rei, ou seja, o câmpus avançado dessa Universidade, com 250 alunos no 1º período. Há aí o compromisso do Presidente Lula com a educação, atendendo a uma demanda dos Prefeitos da região. Só com esse entendimento com os Prefeitos de Congonhas, Lafaiete, Ouro Branco, Jeceaba e São Brás é que tivemos esse câmpus avançado. Quando estiverem no 10º período, ou seja, no término, teremos mais de 2.500 alunos. Portanto, uma grande conquista depende dessa rodovia. Ao se refazer a MG-443, é fundamental construir um trevo decente na entrada da Universidade.

Sr. Presidente, agradeço-lhe. A Casa é democrática, mas nunca podemos faltar com a verdade e a justiça. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, Deputados, imprensa, telespectadores das galerias e da TV Assembléia e funcionários da Casa, início a minha fala sobre a posse da nova diretoria do Sindalemg, chapa única, chapa da união, do entendimento e vitoriosa com 96% dos votos. Tomou posse hoje para mais um mandato: 2008-2010.

O Sindicato começou a sua existência a partir da necessidade de se ter um órgão representativo que buscasse a defesa dos interesses dos funcionários da Casa e a luta pela valorização destes. Reconhecemos isso. Hoje a Mesa a qual, com muito orgulho e responsabilidade, pertencemos como 1º-Vice-Presidente, é presidida pelo Deputado Alberto Pinto Coelho, que tem buscado e tido o mais aberto diálogo com o Sindalemg e todos os funcionários, tanto os do RA quanto os efetivos.

Isso é muito bom, democrático e necessário. O Presidente, com os demais componentes da Mesa e da Diretoria-Geral da Assembléia, que tem como dirigente maior o Dr. Eduardo, funcionário de carreira, têm procurado solucionar a maioria dos problemas que encontramos aqui relativos aos funcionários e ao funcionalismo. Estamos fazendo isso a partir desse diálogo, dessa abertura e desse entendimento com o Sindalemg, cuja nova diretoria parabenizamos, desejamos-lhe muito êxito, muito sucesso na gestão de 2008 a 2010.

O segundo assunto que gostaria de expor é relacionado ao que ouvi hoje na Rádio Itatiaia, na fala do repórter com o Deputado Délio Malheiros sobre a nova lei do turismo. Essa é uma lei de cunho federal, elaborada e votada pela Câmara e pelo Senado, e está nas mãos do Presidente para ser sancionada. Há muitos avanços nessa área, que é importante, gera muitos empregos e, conforme temos conhecimento, é a menos poluidora. Nessa discussão, o colega Deputado expôs, com muita propriedade, a sua preocupação, que também passou a ser minha. Penso que devemos divulgar mais isso entre os Deputados, levar ao conhecimento da imprensa e de todos os que nos assistem pela TV Assembléia. Essa lei já foi votada e aprovada, e o Presidente não pode sancionar o item que permite que as agências de turismo fiquem eximidas de responsabilidade pelos problemas que venham a ocorrer com seus pacotes turísticos relativamente à destinação dos usuários. Por exemplo: uma comitiva sai daqui, por meio de um pacote turístico de uma empresa, para qualquer país ou Estado do Brasil. Se, ao chegar ao seu destino, o hotel que tiver sido reservado pela empresa de turismo contratada estiver lotado, essa empresa não teria mais responsabilidade sobre isso, isso se tornaria um problema do usuário, do consumidor.

É um problema sério chegar ao hotel e não haver vaga. Se aparecer algo melhor depois de as vagas serem vendidas e o hotel absorver essa outra situação, a pessoa ou o grupo que chegar, já com a reserva feita, ficará sem a vaga, e a responsabilidade será transferida para o usuário, para o consumidor que reservou. Agora isso não mais é responsabilidade da agência de turismo. Isso é muito grave, é perigoso, trará problemas sérios para as pessoas, para os consumidores, para os usuários de pacotes de turismo. Isso dará também oportunidade para que empresas irresponsáveis, que às vezes querem aproveitar-se da situação, usufruam dessa condição eximindo-se da responsabilidade - permitida, hoje, por lei - que anteriormente era assumida por ela, passando-a para o consumidor. Portanto, deixo esse alerta. Isso foi diagnosticado e discutido hoje com muita propriedade pelo nosso colega Deputado Délio Malheiros.

Portanto reforçamos o seu posicionamento e pedimos que o Presidente Lula, ao sancionar esse projeto de lei, vete o item que retira a responsabilidade das agências de viagem, como acabamos de expor.

Nesses cinco últimos minutos que me restam, quero levar ao conhecimento de todos em Minas Gerais a liberação pelo governo do Estado de quase R\$300.000.000,00 em obras extra-orçamentárias. São obras importantíssimas para as nossas cidades, como o melhoramento de aeroportos, a construção de 100 quadras poliesportivas cobertas em escolas estaduais, que deverão ser abertas para toda a população do bairro, e não apenas para comunidade estudantil, e outras. Quanto a uma delas, gostaria de agradecer ao Governador Aécio Neves por estar realizando um sonho de toda a região central de Minas, principalmente dos moradores de duas cidades, as maiores beneficiadas - o que não quer dizer que esse benefício não será estendido às cidades da região vizinha. Refiro-me ao fato de o governo do Estado, por meio do Governador Aécio Neves, ontem ter autorizado o Secretário Fuad Noman, da Secretaria de Obras, a abrir a licitação do projeto para o asfaltamento da estrada que liga Curvelo a Cordisburgo. Esse é um desejo antigo. A obra será extremamente importante para o desenvolvimento regional, facilitará o trânsito com a economia de 16km - se considerarmos ida e volta, serão 32km - e desafogará a BR-040 e a BR-135 até Curvelo. Os que forem a Diamantina, principalmente os carros de passeio, farão uma economia extraordinária e ganharão muito mais tempo, saindo do tráfego pesado dos ônibus e carretas dessas BRs. O Governador realmente anunciou um grande feito, uma grande conquista, e esse era um desejo de todos nós. Fui Vereador em Curvelo, com muita alegria, de 1983 a 1988, depois fui Prefeito de 1989 a 1992, e nessa época já vinha aqui com ofícios - ainda tenho cópias guardadas - pedindo ao então Governador Newton Cardoso que fizesse aquela obra, cuja necessidade era imensa, mas não conseguimos êxito. Depois voltei a ocupar o cargo público de Deputado Estadual, de 1998 a 2002 - meu primeiro mandato -, e trabalhei para viabilizar também esse projeto. Era época do Governador Itamar Franco, e também não foi possível. Venho pedindo incansavelmente, nesses dois mandatos do Governador Aécio Neves, e, para nossa alegria, ontem tivemos o anúncio da liberação da licitação do projeto. A partir do projeto pronto, com certeza o Governador, em um breve espaço de tempo, até o final de seu mandato - assim ele nos avisou -, tudo fará para viabilizar o asfaltamento desse trecho da região central de Minas, obra tão sonhada por todos. Parabéns as outras cidades do Estado beneficiadas com os aeroportos, as quadras poliesportivas, etc. Em minha região, em entendimento com nossa Secretária de Educação, destinamos uma quadra para Felixlândia e outra para Cordisburgo. Vamos continuar trabalhando, pois temos muito ainda a realizar. Gostaria de fazer essa consideração devido à importância das realizações deste governo em todas as cidades do Estado.

Indiferentemente do posicionamento e da postura política de seus mandatários, esse governo vem realizando as obras necessárias e as que são solicitadas. Por isso me coloco ao lado de nosso companheiro Deputado Padre João, para também ajudá-lo na caminhada em busca da solução do asfaltamento da MG-443, outro desejo da população daquela região.

Tenho a certeza de que está havendo um equívoco. Não se trata de questões eleitoreiras, pois não é assim que este governo se tem comportado. Muito pelo contrário, o Governador tem atendido a todos os Prefeitos, mandatários e líderes de todas as cidades do Estado. Há obras em todos os Municípios, do menor até a nossa Capital. Portanto, com um pouco de paciência e entendimento, as coisas ocorrerão, e toda a população da região de Ouro Branco e do entorno da MG-443, uma rodovia importante, terão o asfaltamento tão sonhado e desejado. Ficam essas observações, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/9/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Júlio

exonerando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando July Lemos Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando Rui da Luz Moreira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Valdemar Silva Filho para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando Frederico Beghini Avelar do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas,

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando July Lemos Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Alberto Antônio de Oliveira Almeida do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando Flavio Guerra de Castro Luz do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Alberto Antônio de Oliveira Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Alexssandra Cilene Borges para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Flavio Guerra de Castro Luz para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando André Graciano de Melo do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando José Carlos Ferreira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Brígida Maria Machado Magalhães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Ana Lúcia Mudesto Mendes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Sebastião Monteiro Neto do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Valdemar Silva Filho do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando Zilach Eleny de Campos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Evandro Gonçalves de Campos para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Maria das Graças Prates Fernandes para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2008

Objeto: aquisição de impressoras. Pregoeiros vencedores: Ademir Sanita Araraquara – ME (lote 1) e Port. Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda. (lote 2).

Belo Horizonte, 15 de setembro de 2008.

José Henrique Ribeiro Campos, pregoeiro.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação Beneficente Cristã dos Moradores do Ribeirão de Santana e Adjacência - Teófilo Otôni. Objeto: doação de bem móvel inservível. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Município de Doresópolis. Objeto: doação de bem móvel inservível. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Região do Pontal - do Município de Martinho Campos. Objeto: doação de 2 (microcomputadores). Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telemar Norte Leste S.A. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) - Lote 1. Dotação orçamentária: 33.90.39. Vigência: 24 meses, a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 58/2008.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telemar Norte Leste S.A. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) - Lote 2. Dotação orçamentária: 33.90.39. Vigência: 24 meses, a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 58/2008.